



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0003491-27.2017.4.02.0000 (2017.00.00.003491-8)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER
Juíza Federal Convocada HELENA ELIAS PINTO
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : CEAMA - CENTRO DE ATENDIMENTO MEDICO E AMBULATORIAL LTDA.
- ME
ADVOGADO : RJ999999 - SEM ADVOGADO
ORIGEM : 02ª Vara Federal de Duque de Caxias (01246122820164025118)

E M E N T A

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA CONSTANTES DA CDA (ENCARGOS LEGAIS). POSSIBILIDADE. ENCARGO DO DECRETO-LEI Nº 1.025/69. AGRAVO PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto para impugnar decisão que, em sede de Execução Fiscal, revogou despacho inicial e determinou a substituição da Certidão de Dívida Ativa (CDA) que instruíra à inicial, excluindo-se os honorários advocatícios de sucumbência do cálculo devido, por entender que estes não são créditos de titularidade da Fazenda Pública.

2. O ponto controvertido apresentado, em Agravo de Instrumento, é o cabimento da cobrança de honorários advocatícios constantes na certidão de dívida ativa na mesma via da execução fiscal.

3. Deve ser mantida a cobrança do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da autarquia federal. O ente público, na condição de parte, possui legitimidade para a execução de honorários advocatícios devidos. A doutrina e a jurisprudência argumentam, de maneira geral, que esta seria uma hipótese de legitimidade concorrente entre o advogado e a Fazenda Pública, à luz do disposto pela Súmula nº 306 do STJ, que assegura a legitimidade para cobrança dos honorários advocatícios tanto ao patrono da parte quanto à própria parte.

4. Cabe ressaltar que o Órgão Especial deste Tribunal, em recente julgamento (07/02/2019), acolheu incidente de arguição de inconstitucionalidade a fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 85, § 19º, da Lei nº 13.105/15, bem como dos arts. 27 a 36 da Lei nº 13.327/16. No voto vencedor, do Relator Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, ficou consignado que estes artigos, que garantem o pagamento de honorários a advogados públicos e procuradores, ferem o regime de subsídio estabelecido pela Emenda Constitucional nº 19/1998.

5. Diante deste entendimento, a verba honorária deve ser, exclusivamente, destinada ao ente público. Levando em consideração a legitimidade da parte em executar honorários advocatícios, o encargo previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69 é exigível na cobrança de créditos da Fazenda Nacional.

6. O art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78 prevê que o encargo legal substitui a condenação do devedor em honorários de advogado. Tal encargo se refere às despesas com a apuração e cobrança da dívida, de modo que o seu valor é lançado na CDA conjuntamente com outros



consectários legais.

7. Por sua vez, a redação do art. 37-A, § 1º da Lei nº 10.522/02 estipula que "os créditos inscritos em Dívida Ativa serão acrescidos de encargo legal, substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União".

8. Portanto, deve ser provido o recurso, para reformar a decisão recorrida e determinar o prosseguimento da execução pelo valor integral que consta na CDA

9. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0003491-27.2017.4.02.0000 (2017.00.00.003491-8)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER
Juíza Federal Convocada HELENA ELIAS PINTO
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : CEAMA - CENTRO DE ATENDIMENTO MEDICO E AMBULATORIAL LTDA.
- ME
ADVOGADO : RJ999999 - SEM ADVOGADO
ORIGEM : 02ª Vara Federal de Duque de Caxias (01246122820164025118)

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto para impugnar decisão (fls. 39/42 do processo originário) que, em sede de Execução Fiscal, revogou despacho inicial e determinou a substituição da Certidão de Dívida Ativa (CDA) que instruíra à inicial, excluindo-se os honorários advocatícios de sucumbência do cálculo devido, por entender que estes não são créditos de titularidade da Fazenda Pública.

A Agravante, em suas razões recursais (fls. 04/27), requer a reforma da decisão agravada. Para tanto alega, em síntese, que a inscrição em dívida ativa e a utilização da execução fiscal não se destinam aos créditos de titularidade da Fazenda Pública, mas aos créditos cuja cobrança seja atribuída a esta. Afirma que os "encargos legais são verbas acessórias ao crédito, devendo ser cobrados juntamente com o principal", e a parte, no caso a Fazenda Pública, possui a legitimidade concorrente para cobrar honorários devidos a seus advogados.

A Agravante reitera que a cobrança de encargos legais, independente de sua natureza ou destinação, é atribuída à União, por força do Decreto-lei nº 1.025/96. Afirma que "tal ato normativo excluiu a participação dos servidores públicos na cobrança da Dívida da União, regulamentando a figura dos 'encargos legais' com percentual fixo de 20% do valor pago pelo executado, que passaram a ser recolhidos aos cofres públicos como renda da União".

O art. 37-A da Lei nº 10.522/02, por sua vez, prevê que os créditos de titularidade das autarquias e fundações públicas federais inscritos em dívida ativa, independentemente de sua natureza, seriam acrescidos de encargos legais. A Agravante sustenta, por fim, "que a manutenção da decisão ora combatida inviabilizará a cobrança dos créditos das autarquias e fundações públicas, sendo certo que todas as execuções fiscais em curso na 2ª Vara Federal de Duque de Caxias serão paralisadas por tempo indeterminado para que seja providenciada a retificação das CDAs".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sem contrarrazões, conforme certidão de fl. 36.

Manifestação do Ministério Público Federal às fls. 37/40, entendendo que não há hipótese no presente feito que justifique sua intervenção.

É o relatório. Peço dia para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0003491-27.2017.4.02.0000 (2017.00.00.003491-8)
RELATOR : Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER
Juíza Federal Convocada HELENA ELIAS PINTO
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO : CEAMA - CENTRO DE ATENDIMENTO MEDICO E AMBULATORIAL LTDA.
- ME
ADVOGADO : RJ999999 - SEM ADVOGADO
ORIGEM : 02ª Vara Federal de Duque de Caxias (01246122820164025118)

V O T O

A EXMA. JUÍZA FEDERAL CONVOCADA HELENA ELIAS PINTO:

Conheço do agravo de instrumento, eis que presentes os pressupostos recursais.

O ponto controvertido apresentado, em Agravo de Instrumento, é o cabimento da cobrança de honorários advocatícios constantes na certidão de dívida ativa na mesma via da execução fiscal.

O Código de Processo Civil de 2015 define que "os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei" (art. 85, § 19º). Consoante art. 29 da Lei nº 13.327/16, os honorários de sucumbência das causas em que sejam parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem originariamente aos advogados públicos.

Em princípio, o ente público, na condição de parte, possui legitimidade para a execução de honorários advocatícios devidos. A doutrina e a jurisprudência argumentam, de maneira geral, que esta seria uma hipótese de legitimidade concorrente entre o advogado e a Fazenda Pública, à luz do disposto pela Súmula nº 306 do STJ, eis que assegura a legitimidade para cobrança dos honorários advocatícios tanto ao patrono da parte quanto à própria parte.

Cabe ressaltar que o Órgão Especial deste Tribunal, em recente julgamento (07/02/2019), acolheu incidente de arguição de inconstitucionalidade a fim de declarar a inconstitucionalidade do art. 85, § 19º, da Lei nº 13.105/15, bem como dos arts. 27 a 36 da Lei nº 13.327/16. No voto vencedor, do Relator Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, ficou consignado que estes artigos, que garantem o pagamento de honorários a advogados públicos e procuradores, ferem o regime de subsídio estabelecido pela Emenda Constitucional nº 19/1998.



Diante deste entendimento, a verba honorária deve ser, exclusivamente, destinada ao ente público. Levando em consideração a legitimidade da parte em executar honorários advocatícios, o encargo previsto no Decreto-Lei nº 1.025/69 é exigível na mesma via de cobrança de créditos da Fazenda Nacional.

O art. 3º do Decreto-lei nº 1.645/78 prevê que o encargo legal substitui a condenação do devedor em honorários de advogado, *in verbis*:

Art. 3º Na cobrança executiva da Dívida Ativa da União, a aplicação do encargo de que tratam o art. 21 da lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, o art. 32 do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, o art. 1º, inciso II, da Lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968, o art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o art. 3º do Decreto-lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, substitui a condenação do devedor em honorários de advogado e o respectivo produto será, sob esse título, recolhido integralmente ao Tesouro Nacional.

Por sua vez, a Súmula 168 do extinto Tribunal Federal de Recursos, confirmada pela atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, determinava que "o encargo de 20% do Decreto-lei 1.025/69, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios". Estes honorários devidos para cobrança do débito em dívida ativa referem-se às despesas com a apuração e cobrança da dívida, de modo que o seu valor é lançado na CDA conjuntamente com outros consectários legais.

Verifica-se que a destinação conferida aos encargos legais não altera a sua natureza e não impede que sejam cobrados pelas autarquias e fundações públicas federais na CDA. A redação do art. 37-A, § 1º, da Lei nº 10.522/02 estipula que "os créditos inscritos em Dívida Ativa serão acrescidos de encargo legal, substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União".

Nesse sentido, o seguintes julgado deste Egrégio Tribunal:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA PARA ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS CONSTANTES DA CDA (ENCARGOS LEGAIS). LEI Nº 13.327/2016. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA. 1. Cuida o presente agravo de instrumento de questão atinente à Lei nº 13.327/2016, que trata dos honorários advocatícios de sucumbência nas causas em que foram parte a União, autarquias e fundações públicas federais. 2. **A decisão agravada determinou à União a substituição da CDA, com a exclusão do encargo legal, por entender não ser este de titularidade da Fazenda Pública 3. **O novo Código de Processo Civil passou a tratar os honorários advocatícios como direito autônomo dos advogados, sejam públicos ou privados,****



passíveis de serem executados pelos causídicos em ação própria. 4. De acordo com o art. 29, da Lei nº 13.327/2016, os valores relativos a honorários advocatícios devidos à União, às autarquias e às fundações públicas federais pertencem, originariamente, aos ocupantes dos cargos de que trata o seu capítulo XV. 5. Deve ser mantida a cobrança do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, ainda que o montante de "até 75% do produto" de tal encargo seja destinado ao pagamento de honorários de sucumbência dos advogados públicos, eis que o restante continuará sendo verba da União, para custeio de outras despesas. 6. É sabido que os honorários advocatícios possuem natureza acessória, assim como juros e eventuais multas, e são cobrados, via de regra, junto ao crédito principal. Diante de tal regra, ainda que se possa existir dúvida quanto à sua natureza jurídica, se pública ou privada, uma vez que o crédito principal está sendo cobrado através de execução fiscal, pois fora inscrito em dívida ativa, não há porque aquela verba acessória não seguir o mesmo caminho. 7. É preciso considerar que, prevalecendo a decisão agravada, com a determinação de retirada dos encargos legais das Certidões de Dívida Ativa, ter-se-á que, para cada execução fiscal ajuizada, pelo menos naquele Juízo, deverá ser também ajuizada uma ação pertinente que cobrará aqueles encargos, a título de cobrança de honorários. Não se pode perder de vista que tal situação fará com que o número de ações dobre, pois, para cada execução fiscal, via de regra, haverá uma ação de cobrança, o que traria prejuízo tanto para a Vara Federal na qual tramitam as ações como para o jurisdicionado a que ela atende. 8. Agravo de instrumento provido. (TRF-2 00060306320174020000 0006030-63.2017.4.02.0000, Relator: LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 06/09/2017, 4ª TURMA ESPECIALIZADA)

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao agravo de instrumento, nos termos da fundamentação supra, para reformar a decisão recorrida e determinar o prosseguimento da execução pelo valor integral que consta na CDA.

É como voto.

HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada.